



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/10/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	3
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. RECONHECER É AMAR!.....	4 - 5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	6
4.2. DECISÕES.....	7
4.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	8
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. DECISÕES.....	9
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	10
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES TJMA.....	11
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	12
8.2. DECISÕES.....	13
8.3. EXECUÇÃO PENAL.....	14
8.4. RECONHECER É AMAR!.....	15

Pág. 2

TJMA cria Unidade de Monitoramento Carcerário

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de lei que cria a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Na prática, a iniciativa vai ampliar as ações da Justiça estadual na área da execução penal.

TJMA cria Unidade de Monitoramento Carcerário

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de lei que cria a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Na prática, a iniciativa vai ampliar as ações da Justiça estadual na área da execução penal. O projeto será enviado agora à Assembleia Legislativa para apreciação.

A unidade de monitoramento deve firmar parcerias visando a cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, locais ou nacionais. A proposta é aperfeiçoar a execução penal no Estado, e propor ao Tribunal contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas.

Segundo o coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, a nova estrutura "dará apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, com o objetivo de estimular políticas públicas nas áreas de atuação da unidade".

ATRIBUIÇÕES - A unidade criada vai monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação penal e processual penal; as medidas de segurança e de internação de adolescentes; apoiar mutirões para reavaliar prisões e propor soluções a problemas no sistema carcerário; e implementar projetos de capacitação e profissional, e de reinserção social de internos e egressos.

Também caberá a ela coordenar a instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária e contribuir para a construção políticas públicas no âmbito do sistema criminal e penitenciário.

Ação do MPMA para garantir medicamentos a pessoas com deficiência tem decisão favorável

Por meio de decisão do Tribunal de Justiça, a 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Luís conseguiu manter sentença da justiça de 1º grau que obriga a Secretaria de Estado da Saúde a fornecer o medicamento Zyprexa na quantidade prescrita pelos médicos aos pacientes com doença mental.

O processo, iniciado em 2010, foi motivado por denúncias recebidas pelo Ministério Público de que a Secretaria de Saúde estaria limitando o fornecimento a 31 comprimidos mensais, sem considerar a dose prescrita pelos médicos.

Em atendimento ao pedido de liminar numa Ação Civil Pública ajuizada pelo promotor de justiça Ronald Pereira dos Santos, o juízo de 1º grau estabeleceu prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão retomasse o fornecimento do medicamento Zyprexa em quantidade suficiente para atender às necessidades de cada paciente, obedecendo às prescrições médicas.

Na ação, o promotor ressaltou que a diminuição da dosagem dos medicamentos psiquiátricos pode causar sérios danos aos pacientes, inclusive com o agravamento de seu estado clínico.

Não satisfeito com a de-

cisão, o Estado entrou com recurso junto ao Tribunal de Justiça, que, no entanto, confirmou integralmente a decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública. Relator do processo, o desembargador Marcelo Carvalho Silva disse que, na questão, estão envolvidas garantias fundamentais, como a preservação da vida e a dignidade da pessoa humana. "Entendo que o medicamento é necessário para a continuidade do tratamento dos pacientes, com crescente risco de comprometimento maior de sua saúde, caso administrado em doses menores que as recomendadas", analisou.

SAO BERNARDO DO MARANHÃO

Comarca lança Projeto para Reconhecimento de Paternidade

A comarca de São Bernardo já apresentou junto à comunidade o projeto "Pai, aceita-me", baseado no "Reconhecer é Amar", criado pela Corregedoria Geral da Justiça e voltado para o reconhecimento voluntário de paternidade. O lançamento do projeto foi realizado no último dia 21, no plenário da Câmara Municipal, e foi acompanhado por mais de 150 pessoas de São Bernardo e Santana do Maranhão, termo judiciário. No lançamento do projeto foram feitos 11 reconhecimentos espontâneos.

A divulgação do projeto na comarca está sendo feita através de anúncios e entrevistas em rádio local, banners, que foram afixados no hospital, cartório,

no átrio do fórum de justiça, na Secretária de Educação, Secretaria de Saúde e Secretária de Assistência Social, da sede da Comarca e no Termo Judiciário - Santana do Maranhão, além de faixas dentro, na entrada e na saída da cidade. Foi feita, ainda a distribuição de camisas com a marca do projeto.

Segundo informações da comarca, para o projeto foi criado em programa de computadorizado - denominado Unidade para Reconhecimento Paternidade - URP, que será usado para cadastramento e controle das notificações e reconhecimento espontâneo. Os parceiros que apóiam o projeto são: a Promotoria de Justiça e das Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação

(local), bem como os agentes comunitários de saúde, conselho tutelar para tornar mais efetivo, além de popularizar as ações do projeto.

A Corregedoria Geral de Justiça foi representada pela juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, que falou aos presentes sobre a organização, publicidade e mobilização e repercussão do projeto na cidade. Também estiveram no lançamento a juíza Jacqueline Rodrigues da Cunha, titular da Comarca de Magalhães de Almeida, o delegado de Polícia de São Bernardo, o Prefeito Municipal, o presidente da Câmara de Vereadores, e representantes da sociedade civil.

Os advogados militantes na Comarca, Francisco

Célio Bezerra (que muito contribuiu para o lançamento do projeto, inclusive se dispondo ajudar no necessário), Antonio Monteiro, Rafael Alencar, também prestigiaram o evento. O advogado Cid Oliveira Santos Filho, falou do projeto e se emocionou ao falar da ausência paterna, vez que seu pai faleceu quando ainda tinha 11 anos de idade. Ele se dispôs a ajuizar ações de investigação de paternidade para os casos daqueles casos em que os supostos pais se recusarem a reconhecer.

O Promotor de Justiça de São Bernardo, Leonardo Santana Modesto, também destacou a importância do projeto "Pai, aceita-me", e colocou-se à disposição.

Júri de envolvidos na morte de advogado em B. do Corda será dia 15

Advogados temem comprometimento do júri e pedem mudança de comarca e jurados

A 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda programou para o dia 15 de outubro o julgamento dos suspeitos da morte do advogado Almir Silva Neto, crime ocorrido em dezembro de 2008, naquela cidade. Vinte e cinco jurados e 10 suplentes já foram nomeados, mas, conforme denúncia dos advogados dos réus, entre eles o empresário Norman Gonçalves de Sá, de 46 anos, foragido desde a data do crime, a imparcialidade do Tribunal do Júri está comprometida, uma vez que, dos 35 'sorteados', 24 têm algum vínculo com a administração municipal.

Os advogados Pedro Jarbas (OAB:5496/A) e Berilo Freitas (OAB:8481), que, além do empresário, defendem a causa de Elaine Cristina Lima, de 28 anos, a mulher acusada de ter atraído a vítima para o local do crime; e de José Vieira Cruz, de 48 anos, apontado como executor, afirmaram a **O Estado** que solicitaram do Tribunal de Justiça a mudança de comarca para o julgamento dos réus. Segundo eles, o procedimento forçará a alteração da lista de jurados.

Pedro Jarbas e Berilo Freitas denunciaram, inclusive, terem sido intimidados por pessoas, que, segundo ele, seriam ligadas à administração municipal, interessada no julgamento. De acordo com os advogados, a maioria dos jurados destacados para este julgamento já havia sido divulgada pelo jornalista Décio Sá, no mesmo dia em que foi executado em um bar, na Avenida Litorânea, em São Luís, supostamente a mando de uma quadrilha de agiotas.

Na época da postagem, o repórter denunciou em seu blog (blog-dodecio.com.br) que o júri de dois pistoleiros, que confessaram ter sido contratados pelo empresário Pedro Teles, filho de prefeito Manoel Mariano de Sousa, o *Nenzim*, para matar um líder comunitário

da região, também seria um "jogo de cartas marcadas".

"A denúncia de Décio Sá deu um resultado justo ao que seria um julgamento tendencioso; e é claro que o grupo do prefeito não se conformaria diante desse nosso pedido. A intimidação que recebemos não foi por meio de telefonemas, ou movimentações suspeitas, mas de forma indireta, quando, ao conversar com nosso cliente José Cruz, em Pedrinhas, este nos alertou, afirmando que foi informado dentro do presídio sobre um suposto plano para nos tomar um vídeo, em que o prefeito aparece ameaçando e insultando o acusado no dia de sua prisão", revelou Pedro Jarbas.

Entenda o caso - O advogado Almir Silva Neto, que trabalhava para Norman de Sá, foi encontrado morto na madrugada do dia 23 de dezembro de 2008, no bairro Baixo da Pedra, próximo a um motel, de onde havia acabado de sair em companhia de Elaine Cristina

Lima. O corpo da vítima, conforme laudos do Instituto de Criminalística (Icrlim), estava carbonizado, dentro do seu veículo, um Fiat Uno Mille vermelho; e foi concluído pela Polícia Civil como um "crime passional", diante da denúncia de que a vítima estaria mantendo um caso amoroso com a mulher do empresário.

Outro lado - Desde sexta-feira (28), **O Estado** tenta, sem sucesso, contatar o prefeito Manoel Mariano de Sousa, o *Nenzim* - por meio de seus telefones celulares e fixo da Prefeitura de Barra do Corda, a qual já administra há oito anos -, para que o gestor se manifeste sobre a denúncia de "parcialidade no júri", agendado aos réus do caso Almir Silva Neto. O deputado estadual Rigo Teles (PV), filho de *Nenzim*, também foi procurado por este matutino, na tentativa de que o grupo do prefeito se posicionasse acerca do julgamento, mas o parlamentar também não foi encontrado.

Mais

A denúncia de suposta intimidação contra os advogados foi comunicada por eles à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional Maranhão. O presidente da instituição, Mário Macieira, disse que vai formalizar o caso à Secretaria de Segurança Pública (SSP) para que apure com rigor a delação envolvendo o prefeito *Nenzim*. Em fevereiro de 2011, o gestor de Barra do Corda foi apontado pela Polícia Federal, com mais cinco pessoas da família, como suspeitos de integrar uma quadrilha responsável pelo desvio de mais de R\$ 70 milhões, oriundos de recursos públicos federais.

Julgamento

O TJ do Maranhão prepara-se para julgar, em breve, o mérito de medida cautelar que tem mantido o deputado estadual Hemetério Weba (PV) no cargo mesmo cassado.

O parlamentar perdeu o mandato por decisão de primeiro grau transitada em julgado.

Mas ele conseguiu liminar do TJ, em recurso intempestivo, primeiro da desembargadora Raimunda Bezerra e, depois, corrigido pela desembargadora Maria das Graças Duarte.



AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 34/2012
Processo Administrativo nº 14.802/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que o sob a égide da Lei nº. 10.520/02, Decreto Estadual nº. 26.645/10/05, Portaria 306/10-TJ/MA, e, subsidiariamente, das disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº. 123/06 e Decreto Federal nº. 5.450/05, a REABERTURA DE PRAZO da licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (SRP), Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Aquisição de materiais gráficos (capas de processos e blocos de minuta) para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão, remarcado para o dia 28/09/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 17/10/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

A pregoeira informa que, o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 01 de outubro de 2012.
Kátia Araujo Gonçalves
Pregoeira TJ/MA

AÇÃO

MP garante medicamentos a pessoas com deficiência

Por meio de decisão do Tribunal de Justiça, a 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Luís conseguiu manter sentença da justiça de 1º grau que obriga a Secretaria de Estado da Saúde a fornecer o medicamento Zyprexa na quantidade prescrita pelos médicos aos pacientes com doença mental.

O processo, iniciado em 2010, foi motivado por denúncias recebidas pelo Ministério

Público de que a Secretaria de Saúde estaria limitando o fornecimento a 31 comprimidos mensais, sem considerar a dose prescrita pelos médicos.

Em atendimento ao pedido de liminar numa Ação Civil Pública ajuizada pelo promotor de justiça Ronald Pereira dos Santos, o juízo de 1º grau estabeleceu prazo de cinco dias para que o Estado do Maranhão retomasse o fornecimento do medicamento Zyprexa em quantidade suficiente para atender às necessidades de

cada paciente, obedecendo às prescrições médicas.

Na ação, o promotor ressaltou que a diminuição da dosagem dos medicamentos psiquiátricos pode causar sérios danos aos pacientes, inclusive com o agravamento de seu estado clínico.

Não satisfeito com a decisão, o Estado entrou com recurso junto ao Tribunal de Justiça, que, no entanto, confirmou integralmente a decisão do juiz da 3ª Vara da Fa-

zenda Pública. Relator do processo, o desembargador Marcelo Carvalho Silva disse que, na questão, estão envolvidas garantias fundamentais, como a preservação da vida e a dignidade da pessoa humana. "Entendo que o medicamento é necessário para a continuidade do tratamento dos pacientes, com crescente risco de comprometimento maior de sua saúde, caso administrado em doses menores que as recomendadas", analisou.

1 O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de lei que cria a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Na prática, a iniciativa vai ampliar as ações da Justiça estadual na área da execução penal. O projeto será enviado agora à Assembleia Legislativa para apreciação.

Projeto

TJMA cria Unidade de Monitoramento Carcerário

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de lei que cria a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Na prática, a iniciativa vai ampliar as ações da Justiça estadual na área da execução penal. O projeto será enviado agora à Assembleia Legislativa para apreciação.

A unidade de monitoramento deve firmar parcerias visando a cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas, locais ou nacionais. A proposta é aperfeiçoar a execução penal no Estado, e propor ao Tribunal contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas.

Segundo o coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, a nova estrutura “dará

apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, com o objetivo de estimular políticas públicas nas áreas de atuação da unidade”.

ATRIBUIÇÕES – A unidade criada vai monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação penal e processual penal; as medidas de segurança e de internação de adolescentes; apoiar mutirões para reavaliar prisões e propor soluções a problemas no sistema carcerário; e implementar projetos de capacitação e profissional, e de reinserção social de internos e egressos.

Também caberá a ela coordenar a instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária e contribuir para a construção políticas públicas no âmbito do sistema criminal e penitenciário.

Passagem Franca conclui metas do Enasp com júri

O juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, titular da Comarca de Passagem Franca, presidiu na última semana de setembro a 10ª sessão do Tribunal do Júri. O réu Pedro Bandeira de Sousa foi absolvido pelo conselho de sentença.

De acordo com David Meneses, foi o planejamento traçado desde que tomou posse em Passagem Franca que possibilitou certa tranquilidade para o cumprimento das Metas 3 e 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O juiz assumiu na comarca em janeiro do ano passado.

“Só nos resta alcançar a fase de pronúncia em um processo por crime de homicídio instaurado até 31 de dezembro de 2008, referente à meta 3, e julgar outro relativo a processo distribuído até 31 de dezembro de 2007, referente à meta 4. A previsão é de que ambos sejam concluídos até dia 26 de novembro”, ressaltou.

“Desta maneira teremos ultrapassado as metas estipuladas, pois, inclusive, já realizamos sessões de Júri relativas a processos distribuídos após 31 de dezembro de 2007 e já pronunciamos alguns instaurados após 31 de dezembro de 2008”, concluiu David.

MP garante medicamentos a pessoas com deficiência

Por meio de decisão do Tribunal de Justiça, a 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Luís conseguiu manter sentença da justiça de 1º grau que obriga a Secretaria de Estado da Saúde a fornecer o medicamento Zyprexa na quantidade prescrita pelos médicos aos pacientes com doença mental.

O processo, iniciado em 2010, foi motivado por denúncias recebidas pelo Ministério Público de que a Secretaria de Saúde estaria limitando o fornecimento a 31 comprimidos mensais, sem considerar a dose prescrita pelos médicos.

Em atendimento ao pedido de liminar numa Ação Civil Pública ajuizada pelo promotor de justiça Ronald Pereira dos Santos, o juízo de 1º grau estabeleceu prazo de cinco dias para que o estado do Maranhão retomasse o fornecimento do medicamento Zyprexa em quantidade suficiente para atender às necessidades de cada paciente, obedecendo às prescrições médicas.

Na ação, o promotor ressaltou que a diminuição da dosagem dos medicamentos psiquiátricos pode causar sérios danos aos pacientes, inclusive com o agravamento de seu estado clínico.

Sejap abre mais de 500 vagas no sistema penitenciário do Maranhão

Um total de 521 novas vagas no sistema penitenciário do Maranhão já foi aberto desde a criação da Secretaria de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), em 2010. O número corresponde às inaugurações de seis unidades prisionais, sendo uma em São Luís, outra em Paço do Lumiar e quatro nos interiores do estado. Com as obras de reforma, ampliação, construção, adequação e restauração dos estabelecimentos, o governo do Maranhão investiu na qualidade de vida e ressocialização dos detentos, que garante mais segurança para toda a sociedade. As ações do órgão, que tiveram início em 2011, têm como meta alcançar mil vagas até o final do ano.

Sob a gestão do secretário Estado de Justiça e da Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, foi inaugurada a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Monte Castelo, que tem 130 vagas; a UPR de Paço do Lumiar, com capacidade para 40 presos; a de Santa Inês, com 85; a Casa de Ressocialização de Imperatriz, que possui vaga para 70 internos; bem como a UPR de Davinópolis e Bacabal, 106 e 90 vagas respectivamente, somando, assim, a quantidade de 521 vagas no sistema carcerário do Maranhão.

As obras, que fazem parte da política de regionalização do sistema, visam também transferir 600 internos para os municípios de origem, onde estes poderão cumprir pena próximo aos familiares. Dados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop) revelam que até o momento já foram transferidos 500 internos. Atualmente passam por reforma e ou ampliação a Central de Custódia Preso de Justiça (CCPJ) do Anil, que já está com 90% das obras finalizadas; a UPR do Olho d'Água, com 80%; Penitenciária de Pedrinhas, que tem 80% da obra



Unidade Prisional de Ressocialização do Monte Castelo ajudou para o aumento das vagas

concluída; o Centro de Triagem de Pedrinhas, com 70% dos serviços acabados; o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas, 95% das ações rematadas; a CCPJ de Pedrinhas, de Chapadinha e Imperatriz, com 50%, 25% e 90% das ações acabadas, respectivamente.

Mais Vagas – Destes estabelecimentos penais os próximos que devem ser inaugurados pela Sejap ainda este ano serão a CCPJ de Imperatriz, a do Anil e o CDP de Pedrinhas, todos estão com as obras quase que 100% terminadas. Com a entrega destas unidades o sistema ganhará mais 700 novas vagas, sendo 160 em Imperatriz, 405 no CDP de Pedrinhas e 180 no CCPJ do Anil, cumprindo, então, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que solicita a abertura de mil vagas até o final do ano.

O secretário Sérgio Tamer destacou que com a entrega das

referidas unidades penais, o sistema carcerário do Maranhão ultrapassará a quantidade de vagas estimada no TAC, chegando à abertura de 1266 vagas. “Nosso objetivo é abrir as mil vagas até o final do ano, isso faz parte da política de regionalização do governo do Estado. Conseguindo ultrapassar esta meta é sinal de que estamos desenvolvendo um bom trabalho”, disse.

O TAC é o documento no qual a Sejap compromete-se a além de garantir as obras de reforma e adequação e toda restauração das unidades prisionais do Maranhão, ela ainda se responsabiliza em abrir mil vagas no sistema até o final do ano e pela transferência de no mínimo 600 internos que deveriam cumprir pena nos interiores de origem, mas estão em São Luís. “A Lei de Execuções Penais (LEP) diz que o detento tem que cumprir a pena próximo de familiares e do juiz

da comarca que o sentenciou”, explicou o secretário.

Capacidade de vagas – Hoje no Maranhão a capacidade de vagas nos 25 estabelecimentos prisionais é de 3.200. Entretanto, a população carcerária chega a 4.008, tendo, desta maneira, um déficit de 808 vagas. Os dados revelam ainda que deste total, 52% são de presos provisórios.

Contudo, o percentual, em 2009, era de 74%. Essa considerável diminuição de 22% no número de detentos provisórios é fruto da parceria da Sejap com a Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão – órgão do Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública Estadual.

O secretário-adjunto de Estabelecimentos Penais da Sejap, João Bispo Serejo, disse que desde a criação do órgão, buscou-se firmar parcerias consistentes e proveitosas com outros órgãos no intuito de beneficiar não só a população carcerária, mas a maranhense. “São parcerias que tem nos dado muita satisfação. Essa diminuição no número de presos provisórios não é mérito somente da Sejap, mas de todos os órgãos envolvidos”, afirmou.

Custo das obras – As obras com a finalidade de garantir que os internos cumpram suas penas em ambiente humanizado estão alçadas em R\$ 36. 823 mi. Essa verba, que foi distribuída para reformas, ampliações e restaurações de todas as unidades prisionais do Maranhão, só R\$ 7 mil foi garantido pelo governo federal, mesmo assim, 10% deste recurso com contrapartida do estado. Para garantir melhorias em unidades como a CCPJ do Anil, foi investido R\$ 237 mil, já na do Centro de Triagem de Pedrinhas, foi R\$ 272 mil.

Comarca de São Bernardo lança projeto de reconhecimento voluntário de paternidade

DIVULGAÇÃO

A comarca de São Bernardo apresentou junto à comunidade o projeto "Paí, aceita-me", baseado no "Reconhecer é Amar", criado pela Corregedoria Geral da Justiça e voltado para o reconhecimento voluntário de paternidade. O lançamento do projeto foi realizado no último dia 21, no plenário da Câmara Municipal, e foi acompanhado por mais de 150 pessoas de São Bernardo e Santana do Maranhão, termo judiciário. No lançamento do projeto foram feitos 11 reconhecimentos espontâneos.

A divulgação do projeto na comarca está sendo feita por meio de anúncios e entrevistas em rádio local, banners, que foram afixados no hospital, cartório, no átrio do fórum de justiça, na Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, da sede da Comarca e no Termo Judiciário – Santana do Maranhão, além de faixas na entrada e na saída da cidade. Foi feita, ainda, a distribuição de camisas com a marca do projeto.

Segundo informações da comarca, o projeto foi criado em programa computadorizado – denominado Unidade para Reconhecimento Paternidade – URP, que será usado para cadastramento e controle das notificações e reconhecimento espontâneo. Os parceiros que apoiam o projeto são: a Promotoria de Justiça e das



Projeto realizou reconhecimentos espontâneos durante o lançamento

Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação (local), bem como os agentes comunitários de saúde, conselho tutelar para tornar mais efetivo, além de popularizar as ações do projeto.

À Corregedoria Geral de Justiça foi representada pela juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, que falou aos presentes sobre a organização, publicidade e mobilização e repercussão do projeto na cidade. Também estiveram no lançamento a juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, titular da Comarca de Magalhães de Almeida, o delegado de Polícia de São Bernardo, o Prefeito Municipal, o presidente da Câmara

de Vereadores, e representantes da sociedade civil.

Os advogados militantes na Comarca, Francisco Célio Bezerra (que muito contribuiu para o lançamento do projeto, inclusive se dispondo ajudar no necessário), Antonio Monteiro, Rafael Alencar, também prestigiaram o evento. O advogado Cid Oliveira Santos Filho, falou do projeto e se emocionou ao falar da ausência paterna, vez que seu pai faleceu quando tinha 11 anos de idade. Ele se dispôs a ajuizar ações de investigação de paternidade para os casos em que os supostos pais se recusarem a reconhecer.